



SINDICATO DOS TRABALHADORES
DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E
URBANOS DE PORTUGAL/CGTP-IN



FECTRANS



ADS TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO DE PASSAGEIROS

A HISTÓRIA DEVE SER CONTADA VEZES SEM CONTA

Com a publicação da revisão do **CCTV - Contrato Coletivo de Trabalho Vertical no BTE nº 35 de 22 de setembro de 2019**, os trabalhadores viram melhorias nas suas condições de vida e trabalho, bem como no salário. De lembrar, que os menos crentes viram em 2015 muito poucos avanços, ainda que se tivesse explicado que o "*caminho se faz caminhando*".

Em 2015, o desafio da intervenção do STRUP junto da ANTRUP tinha como objetivo principal a ruptura com o passado! A grande maioria das empresas do setor privado de passageiros praticavam o salário mínimo de 557€, o STRUP dava o seu consentimento ao acordo para um mínimo de 630€.

As formações exigidas por lei foram assumidas pela negociação a serem pagas pelas empresas, exceto as taxas cobradas pelo IMT. O dia de aniversário, que havia sido roubado por via duma alteração ao Código de Trabalho, foi recuperado numa fase transitória na falta justificada sem retribuição.

No conjunto de mais de uma centena de empresas filiadas na ANTRUP, as práticas eram muito diferentes, o desafio incluía uniformizar o mais possível, eliminando as diferenças que prejudicavam os trabalhadores.



2019 - MAIS UM PASSO NA VALORIZAÇÃO DO CCTV ANTRUP STRUP E DOS TRABALHADORES

Em julho de 2019, o STRUP anuncia o final do processo de negociações desta revisão, final da vigência da última publicação, com um conjunto de avanços na conquista dos direitos dos trabalhadores do setor privado de passageiros, nesta fase no universo das filiadas na ANTRUP.

As alterações ao nível do salário, que passa para **675€** e as formações pagas na totalidade, incluindo as taxas emitidas e cobradas pelo IMT.

Numa discussão que pode não ter sido compreendida por todos, a integração do Subsídio de Agente Único na tabela foi-nos colocada em cima da mesa pela ANTRUP, e foi aceite pelo STRUP. No entanto a fatura parece não ter sido aceite pelo Patronato, e da integração desta rubrica foi possível acordar 05% dos 25% (num mínimo de 8 horas para todos, quer façam, quer não façam cobrança a bordo), mantendo para aqueles que executam esta função os restantes 20%).

A grande dificuldade chega-nos por via da valorização das refeições, onde cada empresa adotou formas e valores diferentes!

*Nesta fase, foi acordado uma valorização gradual, **que não pode prejudicar nenhuma forma de pagamento existente**. A nova forma de apresentação do vencimento das refeições não pode prejudicar nenhum valor que era pago à altura da celebração do acordo.*

Temos conhecimento que num conjunto de empresas isto não foi acautelado, por isso contactámos a ANTRUP que ficou de interceder junto das empresas filiadas no sentido de reparar este erro que está a prejudicar os trabalhadores, com o devido pagamento retroativo.

As diuturnidades mantêm a sua génese, vencem a cada 3 anos até ao limite de 6 diuturnidades, que foram agora integradas no salário base.



DESAFIO _ REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (3 DEZ 2019)

A Liberalização do Setor dos Transportes de Passageiros (que a lei 52/2015 de 9 de junho aprovou), já em 2015 esteve presente na discussão do CCTV, o princípio da uniformização das relações de vida e trabalho dos trabalhadores do Setor é igualmente uma pretensão dos trabalhadores.

Defendemos ao longo dos últimos anos junto das autarquias, da Autoridade para a Mobilidade e Transportes, das Autoridades Metropolitanas, junto da Assembleia da República e do Parlamento Europeu e da ANTRUP, que na elaboração dos Cadernos de Encargos a Concurso teriam de ser colocadas as salvaguardas dos postos de trabalho e os direitos adquiridos!

PETIÇÃO REDUÇÃO DA IDADE DA REFORMA

Por via do decreto de lei 40 / 2016, o Governo PS revogou o regime de exceção que pela validade da carta de condução, permitia aos trabalhadores motoristas uma reforma aos 65 anos.

Atualmente, até dia 12 outubro, a FECTRANS / STRUP dinamizam uma recolha de assinaturas que será encaminhada para a Assembleia da República. São necessárias um mínimo de 4000 assinaturas para que seja suscitada a discussão em Plenário da AR, já ultrapassámos este mínimo, só precisamos que o PS altere a sua posição (o único responsável pela alteração que prejudicou e prejudica os motoristas). **O PS alinhou-se com a Direita PSD - CDS chumbando as propostas** do Grupos Parlamentares do PCP, dos Verdes e do BE na Assembleia da República aquando estes suscitaram a discussão em defesa dos trabalhadores motoristas!

A força na mesa de negociações, são os trabalhadores que a suportam!



[CCTV - STRUP - ANTRUP 2019 disponível para baixar em PDF na página transporte de passageiros/strup](#)